

“Del donoso y grande escrutinio”: crítica literária e inquisição em um capítulo do *Quijote* (I, 6)

“*Del Donoso y Grande Escrutinio*”: *Literary Criticism and Inquisition in a Chapter of Don Quijote (I, 6)*

137

Maria Mirtis Caser*
Universidade Federal do Espírito Santo - UFES

Sérgio Wladimir Cazé dos Santos*

RESUMO: Motivo do *Quijote* exaustivamente estudado, a cena do “escrutínio” da biblioteca (Primeira parte, capítulo VI) se presta, neste trabalho, a uma releitura com base em trabalhos recentes sobre o tema - Peña (2005), Buxó (2005) e Santos de La Morena (2005) - e numa análise do diálogo dos personagens sobre as 23 obras literárias citadas no capítulo. O episódio pode ser entendido como uma representação farsesca das atuações, por um lado, da nascente crítica literária e, por outro, da Inquisição espanhola no que se refere à censura e à destruição de livros. As reações do cura e do barbeiro aos títulos dos livros de cavalaria, cancioneiros e novelas pastoris e epopeias configuram um comentário de Cervantes sobre

* Doutora em Letras pela Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ.

* Mestrando em Letras pela Universidade Federal do Espírito Santo - Ufes.

parte da produção literária da Espanha da época, permitindo perceber que, para ele, o problema central era a degeneração da novela de cavalaria, e não o gênero cavaleiresco em si.

PALAVRAS-CHAVE: Literatura maneirista. Cervantes. Quixote. Crítica literária. Inquisição espanhola.

ABSTRACT: A motif exhaustively studied in Cervantes' Quijote, the "escrutínio" episode at the library (First part, chapter VI) is revisited in this essay, which inventories recent works on the subject - Peña (2005), Buxó (2005) e Santos de La Morena (2005) - and analyzes the conversation the characters have about 23 literary books cited in the chapter. The scene may be considered as a farsesque representation of, on one side, emerging literary criticism, and, on the other, Spanish Inquisition's practices towards book censorship and destruction by fire. The curate's and the barber's reaction to the titles of chivalric romances, pastoral songbooks and novels and epic poems elaborates a comment by Cervantes on a portion of Spain's literary production at the time, allowing to notice that, for him, the main question was the degeneration of chivalric romances, not chivalric genre itself.

KEYWORDS: Mannerist Literature. Cervantes. Quijote. Literary Criticism. Spanish Inquisition.

A literatura é o grande tema da literatura, e uma obra não se faz original apenas pela adoção da metalinguagem na matéria de sua escritura. Mas o protagonismo com que se manifestam no *Quijote* de Cervantes a literatura e tudo o que a ela concerne tem merecido muita letra dos estudiosos ao longo dos quatrocentos anos desde a publicação da obra. Autor real, autor empírico, autor textual ou autor inventado, leitores, comentadores, críticos, livros e imprensa, tudo e todos ganham notoriedade e destaque no *Quijote*. A cena que se segue ao título do capítulo VI da Primeira parte ("Del donoso y grande escrutinio que el cura y el barbeiro hicieron en la librería de nuestro ingenioso hidalgo") dá a dimensão da importância da literatura no romance, já que todo o capítulo é dedicado aos livros da biblioteca de Alonso Quijano. Essa circunstância leva Miguel de Unamuno a declarar que, como se trata ali de crítica literária, o capítulo não tem importância para o crítico, que portanto vai comentá-lo apenas "por alto", uma vez que "(t)rata de libros y no de vida" (UNAMUNO, 1985, p. 40). Levando em conta a percepção de Unamuno de que no capítulo é levado a cabo um tipo de crítica literária, e discordando

desse crítico, optamos por defender que Cervantes trata ali de livros e de vida, e que a passagem merece uma nova leitura.

O desafio à recepção do texto começa com o primeiro adjetivo do título, “donoso”, termo para o qual Diccionario da Real Academia Española dá como sinônimo as opções “gracioso” e “fino. O que haveria de gracioso numa cena de queima de livros? Segundo Ciríaco Morón (2005, p. 55), a presença da ama com “una escudilla de agua bendita para expulsar a los demonios que tienen los libros” poderia provocar com sua simplicidade supersticiosa o riso do cura, leitor especializado, uma vez que “era hombre docto, graduado en Cigüenza” (CERVANTES, 2004, p. 29), resultando daí a escolha do adjetivo “donoso” como qualificador da ação praticada pelo cura, o barbeiro, a ama e a sobrinha do cavaleiro. É bastante provável que o propósito do título do capítulo fosse favorecer uma reação do público ante um efeito cômico pretendido por Cervantes.

Dos “más de cien cuerpos de libros grandes, muy bien encuadernados, y otros pequeños” que compõem a biblioteca de Alonso Quijano, conforme noticia o narrador do capítulo VI do *Quijote* de 1605, conhecemos somente aqueles vinte e sete que são citados pelo título, às vezes com o nome de seus autores, no diálogo entre o cura e o barbeiro durante o famoso “escrutínio”. Os comentários e as reações dos dois personagens aos títulos dos livros de cavalaria, cancioneros e novelas pastoris e epopeias (todos em idioma castelhano) encontrados nas prateleiras de Quijano configuram um comentário de Cervantes sobre parte da produção literária da Espanha da época, e ainda sobre parte da tradição literária europeia. O episódio como um todo também pode ser lido como uma representação farsesca das atuações, por um lado, da nascente crítica literária e, por outro, da Inquisição espanhola no que se refere à censura à impressão, à circulação de livros e à leitura de livros, bem como à destruição de livros em autos-de-fé.

Manuel Peña (2005) situa o episódio do “escrutínio” no contexto das discussões sobre o valor do livro impresso que ocorriam na Espanha do século XVI. A chegada da primeira tipografia ao país (1472) e a posterior difusão dessa nova técnica de impressão haviam sido inicialmente motivo de grande entusiasmo, motivado pela possibilidade de aumento na circulação e de barateamento dos livros. Entretanto, menos de um século depois (momento que coincide com a juventude de Miguel de Cervantes) começavam a surgir “críticas moralistas a las letras profanas que legitimaban la necesidad de una tutela pedagógica de la lectura” (PEÑA, 2005, p. 943). As queixas de alguns homens de letras ao consumo indiscriminado de livros pela população giravam em torno do risco de proliferação de possíveis erros, imposturas, futilidades, falsificações da realidade e questionamentos à autoridade veiculados pelas publicações.

Son muy conocidos los discursos moralistas - sobre los libros de caballerías u otras lecturas de entretenimiento, y sobre los riesgos de lecturas femeninas - que proponían diversas medidas de control para no sólo generar una determinada recepción del texto, también para impedir el acceso de los lectores a esos libros u otros no deseables, reivindicando una censura destructiva o medidas prohibitivas más cercanas al expurgo (PEÑA, 2005, p. 944).

José Pascual Buxó (2005) cita o exemplo de Juan Luis Vives, que no tratado *De disciplinis* (1531) fez uma crítica implacável de “las causas de la corrupción de las artes en general” (retórica, dialética, medicina, matemáticas, historia) e investiu com severidade contra seus contemporâneos que se dedicavam à leitura de

los libros de ficción compuestos por hombres que no tenían cosa mejor que hacer, y llenos de aquel linaje de mentiras que nada aprovechan ni para el saber, ni para el recto pensar, ni para el bien vivir, sin más horizonte que el de un vano placer inmediato (VIVES, apud BUXÓ, 2005, p. 21).

Essa desconfiança e esse receio do potencial pernicioso dos livros se fundavam na associação entre leitura e verdade, a crença da época de que “leer es creer”, ou seja, o que está escrito vale como verdade, pensamento que conduzia à conclusão de que os leitores (particularmente os dos segmentos populares) aceitariam como realidade, sem questionamentos, tudo o que viessem a ler ou que lhes fosse lido em voz alta. Essa visão transparece nas falas da sobrinha de Quijano em favor da queima de toda a biblioteca do tio, não só dos romances de cavalaria, “autores del daño”, mas também das novelas pastoris:

Ay, señor! - dijo la sobrina -, bien los puede vuestra merced mandar quemar como a los demás, porque no sería mucho que, habiendo sanado mi señor tío de la enfermedad caballeresca, leyendo éstos se le antojase de hacerse pastor y andarse por los bosques y prados cantando y tañendo, y, lo que sería peor, hacerse poeta [...] (CERVANTES, 2004, p. 66).

Não parece casualidade a presença de uma mulher como primeira pessoa do grupo a cogitar a queima do material perigoso que os livros significavam. Como registra Nora Catelli (2001, p. 28), o analfabetismo imperava na Espanha mesmo no século XIX, pois junto com a Itália e a Rússia o país apresentava a maior taxa de analfabetos da Europa, com 75% de sua população não alfabetizada, enquanto na França esse percentual chegava a 40% e na Suécia, 10%. Nessa alta taxa de não alfabetizados as mulheres representam certamente um número bem maior do que os homens, portanto a leitura e em especial a leitura de obras ficcionais não estaria entre as prioridades do labor feminino. Se a situação da mulher espanhola no século XIX era precária, não era melhor essa situação entre os séculos XVI e XVII, época em que a sobrinha e a ama se inserem. Tratando da psicossociologia feminina do século XVI, Teresa Sánchez (1997, p. 345) anota que a jovem mulher dessa época era educada para dedicar-se apenas às questões privadas e às atividades manuais: ela devia “cocinar, lavar, limpar, manter ocupadas las manos y evitar la ociosidad”. No tocante ao conhecimento de

mundo, pouco se concedia à parcela feminina da população: às raras mulheres que podiam ler estavam destinados apenas os livros que ratificassem o seu lugar de guardiã da honra do homem e da casa, e para isso se lhe inculcia quanta culpa se fizesse necessária. Os registros de Sánchez argumentam nessa direção:

La cultura femenina mayoritariamente se restringe a unos pocos libros piadosos y hagiografías que trazan un ideal inalcanzable de virtud y promueven la culpa, el descontento y la melancolía entre las mujeres simplemente humanas, amén de miedos, ansiedades y escrúpulos ante la celosa vigilancia de padres y hermanos, prontos a recelar ante la más pequeña desviación respecto al modelo “mariano”, propuesto (SÁNCHEZ, 1997, p. 345).

As condições sociais vividas pelas duas mulheres da casa de Don Quixote podem explicar a crença por elas expressada no poder malévolos dos livros e a pressa em condenar à fogueira os culpados pela perda de seu tio e senhor. É notório, na cena do escrutínio na biblioteca, o papel das mulheres de reforço das convenções sociais e de expressão de superstições e da religiosidade popular.

O “escrutínio” narrado no *Quijote* também pode ser enquadrado no esforço contrarreformista da Europa ocidental para manter sua hegemonia frente à Reforma protestante. Diferentes propostas de controle da circulação de livros se delinearam naquele momento histórico na Espanha, podendo ser identificadas três posições básicas, conforme a descrição de Peña (2005): censura preventiva, censura destrutiva ou expurgo (consistindo este na publicação autorizada de um livro somente após a eliminação de passagens reprovadas segundo critérios morais, políticos ou religiosos).

Manuel Pérez Rodríguez (2014) aponta o ano de 1502 como o momento de início do controle governamental sobre os livros impressos nos reinos peninsulares, com a edição de um regulamento para a concessão de licenças

de impressão e a proibição a que editores, gráficos e mercadores de livros pudessem “imprimir de molde ningún libro de ninguna facultad o lectura, o obra que sea, pequeña o grande, en latín o en romance, sin que primeramente hayan para ello nuestra licencia y especial mandato” (PRAGMÁTICA de 8 de julho de 1502, *apud* PÉREZ RODRÍGUEZ, 2014). É o caso do próprio *Quijote*, que, como todas as publicações de seu tempo, apresenta nas páginas preliminares o aval do Conselho Real, autorizando Cervantes a imprimi-lo “por tiempo y espacio de diez años” (CERVANTES, 2004, p. 4). Reedições do livro não seriam autorizadas “hasta que antes y primero el dicho libro esté corregido y tasado por los del nuestro Consejo” (2004, p. 5).

Por sua vez, a prática da queima de livros (biblioclastia) teve início em 1520, com a bula papal de Leão X, a condenar os escritos de Lutero. Em 1558 começa a inspeção, pelo Santo Ofício espanhol, de tipografias e bibliotecas privadas e públicas, inclusive as de universidades e congregações religiosas. A descoberta de focos protestantes em Sevilha e Valladolid estimula a publicação de um *Indice de libros prohibidos* (1559), compilação de índices anteriores, com 700 títulos condenados, entre os quais obras de Erasmo de Roterdã, Gil Vicente e Jorge de Montemayor (cuja *Diana*, como veremos adiante, será encontrada na biblioteca de Alonso Quijano). O documento continha, assim, o “intento por controlar ciertos aspectos de la creación literaria” (PÉREZ RODRÍGUEZ, 2014) e acarretou a queima de livros. Nesse contexto, registra-se o parecer do frei Antonio de Guevara na obra *Relox de príncipes* (1529) a respeito

de muchos vulgares libros que ay en España, los quales como unos relojes quebrados merecían echarse en el fuego para ser otra vez hundidos. No sin causa digo que muchos libros merecían ser rotos o quemados, porque ya tan sin vergiiença y tan sin conciencia se componen oy libros de amores del mundo como si enseñassen a menospreciar el mundo. Compassion es de ver los días y las noches que consumen muchos en leer libros vanos, es a saber: a Amadís, Primaleón, a Duarte, a Lucenda, a Calixto, con la doctrina de los quales osaré dezir que no pasan tiempo, sino que pierden el

tiempo, porque allí no dependen cómo se han de apartar de los vicios, sino qué primores teman para ser más viciosos (GUEVARA, apud PEÑA, 2005, p. 944).

Por fim, os expurgos são uma novidade do ano de 1584, quando a publicação de um novo índice de livros proibidos lança a possibilidade de que certas obras fossem salvas da proibição total mediante a depuração de passagens suspeitas. As regras de expurgação são declaradas expressamente no índice e a lista de obras censuradas inclui Maquiavel, Dante e Ariosto (PÉREZ RODRÍGUEZ, 2005).

O longo excurso histórico acima se presta a situar o *Quijote* num momento em que são bastante vivas no imaginário coletivo as relações entre livro, censura, inquisição e biblioclastia. Assim, aquelas três posturas inquisitoriais podem ser identificadas nos vereditos pronunciados pelo licenciado Pedro Pérez, o cura da aldeia, no episódio do “escrutínio” da biblioteca de Quijano: alguns livros são indultados, outros condenados à fogueira, e outros ainda aceitos com ressalvas. “En el escrutinio coinciden - según Ruiz Pérez - la representación del brutal ejercicio de la censura inquisitorial - simbolizada en el comportamiento incendiario e iletrado del ama y la sobrina - y la finura del juicio crítico del cura” (PEÑA, 2005, p. 941).

Blanca Santos de La Morena destaca a presença de personagens eclesiásticos nas inúmeras discussões literárias em que se envolvem os personagens do *Quijote*, como na cena da biblioteca, em que o cura se afirma como “crítico autorizado”, ocupando superior posição de poder:

[...] según la idea de la época, estos personajes representan la autoridad, no solo religiosa, sino también cultural y literaria, debido a la superioridad intelectual impuesta por su formación eclesiástica. Están, por tanto, más capacitados y más autorizados que el resto de personajes para emitir juicios sobre los textos literarios que se presentan en el *Quijote* (2015, p. 59).

Ainda no capítulo V o cura se deixa levar pelos escrúpulos da ama e da sobrinha e instaura a possibilidade de leitura da cena de escrutínio e queima dos livros de Alonso/Quixote como uma paródia de um auto-de-fé da Inquisição, ao decretar: “[...] a fe que no se pase el día de mañana sin que de ellos no se haga **acto público**, y sean condenados al fuego, porque no den ocasión a quien los leyere de hacer lo que mi buen amigo debe de haber hecho” (CERVANTES, 2004, p. 59, grifos nossos).

Relembremos o episódio. Alonso acaba de regressar ao lugarejo, de retorno de sua primeira e breve aventura, moído depois de uma surra que tomou e carregado por um lavrador que o acudiu (Sancho Pança ainda não ingressou no enredo). A sobrinha, cuja idade “no llegaba a los veinte” (CERVANTES, 2004, p. 28), é, ainda no capítulo V, quem primeiro sugere a queima dos livros do tio como medida para solucionar sua mania cavaleiresca:

[...] yo me tengo la **culpa** de todo, que no avisé a vuestras mercedes de los disparates de mi señor tío, para que los remediaran antes de llegar a lo que ha llegado, y quemaran todos estos descomulgados libros, que tiene muchos que bien merecen ser abrasados, como si fuesen **de herejes** (CERVANTES, 2004, p. 59, grifos nossos).

Um instante antes, a ama já havia deixado implícitos o problema e a solução: “Encomendados sean a Satanás y a Barrabás tales libros” (2004, p. 58).

A associação entre livro, heresia e destruição pelo fogo é clara. Peña destaca a antropomorfização dos livros presentes no capítulo: eles são chamados pelo narrador de “autores del daño” (p. 60), responsáveis pelo desatino de Alonso, e, paradoxalmente, qualificados logo em seguida como “inocentes” (p. 61). Para a sobrinha a culpa é coletiva: “no hay que perdonar a ninguno, porque todos han sido los dañadores” (p. 61). Sugestiva ironia do autor: “Cervantes

presenta los libros (e implícitamente a sus autores) como víctimas de la ignorancia, la incomprensión y el prejuicio” (GILMAN, 1970, p. 9).

Segundo Peña (2005), o “escrutínio” alude ao processo de generalização da crítica literária, em andamento desde o século XVI. Na cena em questão, Cervantes satiriza “un tipo de crítica literaria que no era capaz de distinguir entre valoración estética y dogmática” (PEÑA, 2005, p. 942). Entretanto o cura revela certa cautela e, contrariando os anseios da ama e da sobrinha pela queima indiscriminada de todos os livros, decide por uma averiguação individual dos volumes, por considerar a possibilidade de que entre eles houvesse “algunos que no mereciesen castigo de fuego” (CERVANTES, 2004, p. 61).

Assim, não são condenados ao fogo inquisitorial todos os livros do acervo de Quijano: o parecer do cura separa vários deles para preservação, considerando sua excelência literária ou adequação à fé e aos costumes do tempo. Notar-se-á por suas falas que o cura e o barbeiro são leitores assíduos, têm livros em casa, já ouviram falar de algumas das obras encontradas na biblioteca do vizinho e reagem com entusiasmo à possibilidade de levar alguns daqueles volumes consigo. Destaque-se, de passagem, o fato de que a biblioteca de Alonso Quijano tem dimensões consideráveis para a época, o que faz com que a possibilidade de dispersão de seus livros provoque, tanto no cura como no barbeiro, uma nítida cobiça pela posse de alguns valiosos títulos. É o que efetivamente acontece com quatro dos livros indultados: três deles (dois de cavalaria, *Don Belianís* e *Tirante el Blanco*, e uma novela pastoril, *Galatea* de um certo Miguel de Cervantes) são recomendados pelo cura ao barbeiro para que deles faça uma leitura reservada, disciplinada, e um quarto livro (*Fortuna de amor*) é recolhido pelo próprio cura para ser incorporado a seu acervo pessoal.

Mas afinal, por preguiça do cura escrutinador, o exame da biblioteca de Quijano não chega a ser exaustivo e integral, ficando inúmeros livros sem averiguação. Assim o narrador conta que “tales debieron de arder que merecían guardarse en perpetuos archivos, mas no lo permitió su suerte y la pereza del escrutinador, y así se cumplió el refrán en ellos de que pagan a las veces justos por pecadores” (CERVANTES, 2004, p. 70).

Conforme comentamos na abertura deste trabalho, a discussão em torno de questões de estética literária ocupa o narrador e os personagens do *Quijote* do começo ao fim da obra. Diante do projeto de “derribar la máquina mal fundada de estos caballerescos libros” (2004, p. 64), anunciado pelo narrador no prólogo, a cena do “escrutinio” é reveladora do significado que esse propósito adquire para Cervantes. São rejeitados pelo cura os livros que contêm excesso de inverossimilhança e exagero de fábula, milagres e fantasia, enquanto que em outras obras são reconhecidos ideais de justiça, valentia, amor e fidelidade. Como nota Vargas Llosa, antes de ridicularizar o gênero, Cervantes

le rindió un soberbio homenaje y una de sus grandes proezas literarias consistió en actualizarlo, rescatando de él [...] todo lo que en la narrativa caballeresca podía sobrevivir y aclimatarse a los valores sociales y artísticos de una época, el siglo XVII, muy distinta de aquella en la que había nacido (VARGAS LLOSA, 2004, p. xxii).

Um dos livros de cavalaria indultados durante o “escrutinio” é *Los cuatro de Amadís de Gaula*, no parecer do cura “el mejor de todos que de este género se ha compuesto”. Por outro lado, livros da mesma linhagem (“linaje”) são condenados ao fogo, como é o caso de seu “hijo legítimo” *Esplandián* (uma continuação do *Amadis de Gaula* escrita pelo mesmo autor, Garci de Montalvo). Quanto ao segundo caso de livro de cavalaria indultado, *Palmerín de Inglaterra*, também se estabelece uma precedência dele para com o condenado *Palmerín de Oliva*, relação qualificada pelo cura não com a

metáfora da relação pai-filho, mas com uma metáfora ligada ao campo semântico do reino vegetal: “Esa oliva se haga luego rajadas y se queme, que aun no queden de ella cenizas, y esa palma de Inglaterra se guarde y se conserve [...]” (CERVANTES, 2004, p. 64). Percebe-se com esses exemplos que, para Cervantes, o problema é a degeneração da novela de cavalaria, e não o gênero cavaleiresco em si.

Quanto a *Tirante el Blanco*, o cura o resgata por julgá-lo “un tesoro de contento y una mina de pasatiempos”: “por su estilo es éste el mejor libro del mundo: aquí comen los caballeros, y duermen y mueren en sus camas, y hacen testamento antes de su muerte, con estas cosas de que todos los demás libros de este género carecen” (CERVANTES, 2004, p. 66). Aqui se alude indiretamente ao “principio estético invocado con más insistencia en el Quijote” (ALLEN, 2005, p. 30), o da verossimilhança.

O expurgo, no parecer do cura, deveria ser aplicado a *Don Belianís*, com a supressão de sua “demasiada cólera” e de suas “impertinencias” (CERVANTES, 2004, p. 65). Já os critérios enunciados para a condenação de livros de cavalaria ao fogo inquisitorial são variados. Alguns devem “perecer” por contrariarem a doutrina católica: pelas “endiabladas y revueltas razones de su autor”, *Amadís de Grecia* (p. 62); por sua “ignorancia”, *El caballero de la Cruz*, que apesar de seu nome “tan santo” é alvo de desconfiança: “se suele decir ‘tras la cruz está el diablo’” (p. 63). *Don Olivante de Laura* é rejeitado por não atender ao já citado critério da verossimilhança: é um livro, segundo o licenciado Pedro Pérez, “mentiroso”, “disparatado y arrogante” (p. 62). Há também referência a motivos estilísticos para justificar o banimento de uma obra: *Florismarte de Hircania* não serve para nada pela “dureza y sequedad de su estilo” (p. 62).

Para melhor visualizar-se a destinação dada a cada livro de cavalaria no “escrutínio”, veja-se o Quadro 1, no qual os números antes dos títulos indicam a sequência de sua aparição no texto de Cervantes:

Quadro 1: Novelas de cavalaria

Indultados	Condenados	Expurgados
1 - <i>Los cuatro de Amadís de Gaula</i>	2 - <i>Las sergas de Esplandián</i>	11 - <i>Don Belianís*</i>
10 - <i>Palmerín de Inglaterra</i>	3 - <i>Amadís de Grecia</i>	
12 - <i>Tirante el Blanco*</i>	4 - <i>Don Olivante de Laura</i>	
	5 - <i>Florismarte de Hircania</i>	
	6 - <i>El caballero Platir</i>	
	7 - <i>El caballero de la Cruz</i>	
	8 - <i>Espejo de caballerías</i>	
	9 - <i>Palmerín de Oliva</i>	

* Livros recolhidos pelo barbeiro Nicolás

Em seguida ao exame dos livros de cavalaria, os escrutinadores passam à avaliação de livros de poesia e novelas pastoris. Agora as razões estéticas são invocadas com mais frequência para a salvação de algumas obras, e a quantidade de livros indultados é maior do que a de condenados. São salvos da fogueira pelo cura, por exemplo, *La Diana* de Gil Polo - “que se guarde como se fuera del mismo Apolo” (p. 67) - e *El Pastor de Fílida* - “joya preciosa” (p. 68). Destaca-se o caso de *Fortuna de amor*: o cura julga que “tan gracioso ni tan disparatado libro como ése no se ha compuesto” (p. 67) e que “por su camino, es el mejor y más único de cuantos de ese género han salido a la luz del mundo” (p. 67). Com seu título sugestivo, *Fortuna de amor* vem a ser o único livro que o cura reserva para consumo próprio - “Dádmele acá, compadre [...]” (p. 67) -, o que tem um sentido cômico, em se tratando de um personagem supostamente celibatário. No prefácio a *Fortuna de amor*, Marcial Rubio (2015, p. 15) argumenta que se deve à ironia de Cervantes a análise que faz o cura dessa obra. Segundo Rubio a obra de Lofraso não é uma “novela pastoril” e se deve à “disparatada originalidad” que “el inteligente paladar lector del cura decide, no sin ironía, quedárselo para él, no tanto

como una obra literaria, ni tampoco como una novela pastoril sino, como él mismo dice, como ‘cosa de gusto’. Y sobre gustos [...] no se discute” (RUBIO, 2015, p.15).

Dois livros da categoria pastoril são isentados da fogueira com a recomendação de expurgo. No caso de *La Diana* de Montemayor, o critério é estético (não obstante a obra estivesse listada pelo Santo Ofício espanhol no *Indice de libros prohibidos* de 1559): para o cura, o livro pode ser preservado, contanto que dele se elimine “todo lo que se relaciona con la solución sobrenatural e inverosímil de los dilemas amorosos” (ALLEN, 2005, p. 31). Já para o expurgo do *Tesoro de varias poesías*, dois tipos de critérios entram em jogo: o moral - “algunas bajezas que entre sus grandezas tiene” (CERVANTES, 2004, p. 68); e o pessoal (que de alguma maneira se aproximaria da hoje chamada “política literária”): “guárdese, porque su autor es amigo mío, y por respeto de otras más heroicas y levantadas obras que ha escrito” (p. 68). As relações de amizade também são o motivo da salvação do *Cancionero* de López Maldonado e de *La Galatea* de Miguel de Cervantes.

Vejamos no Quadro 2 como se distribuem os livros pastoris conforme a destinação dada a eles pelo cura:

Quadro 2: Novelas e cancioneros pastoris

Indultados	Condenados	Expurgados
15 - <i>La Diana</i> de Gil Polo	14 - <i>La Diana</i> de Salmantino	13 - <i>La Diana</i> de Montemayor
16 - <i>Los diez libros de Fortuna de amor</i> **	17 - <i>El Pastor de Iberia</i>	21 - <i>Tesoro de varias poesías</i>
20 - <i>El Pastor de Fílida</i>	18 - <i>Ninfas de Henares</i>	
22 - <i>Cancionero</i> de López Maldonado	19 - <i>Desengaños de celos</i>	
23 - <i>La Galatea</i> de Miguel de Cervantes*		

*Livro recolhido pelo barbeiro Nicolás

** Livro recolhido pelo cura licenciado Pedro Pérez

A incidência de livros de cavalaria, cancioneros e novelas pastoris e epopeias na cena do “escrutínio”, bem como os vereditos de indulto, condenação ou expurgo aplicados a cada um deles, podem auxiliar na compreensão de alguns dos valores estéticos e literários proclamados e defendidos por Cervantes no *Quijote*. Enquanto, para o cura, o gênero cavaleiresco apresenta poucos exemplares dignos de preservação e o gênero pastoril recebe uma apreciação equilibrada entre livros indultados e condenados, todas as epopeias encontradas pelo cura e pelo barbeiro na biblioteca de Alonso Quijano são guardadas entre “las más ricas prendas de poesía que tiene España” (p. 69).

Veja-se o Quadro 3:

Quadro 3: Epopeias

Indultados
24 - <i>La Araucana</i>
25 - <i>La Austriada</i>
26 - <i>El Monserrato</i>
27 - <i>Las lágrimas de Angélica</i>

Nesse gênero mais antigo e de mais prestígio, no qual a verdade histórica se mescla com a ficção poética, encontra-se um princípio de reaproximação entre “elementos empíricos y fictivos” (SCHOLLES; KELLOG, apud ALLEN, 2005, p. 28) que, apropriados por Cervantes e combinados a modalidades como a sátira, permitirão a Cervantes a liberação “de las limitaciones respectivas de las narraciones de caballeros, pastores y pícaros” (ALLEN, 2005, p. 29) e a fundação do romance moderno.

A partir daí o narrador mostrará que o efeito do “escrutínio” e da queima dos livros de Alonso Quijano resulta contrário ao objetivo pretendido pelo cura e pelo barbeiro. Com a combustão dos livros, ocorre como que uma depuração dos conteúdos lidos e assimilados pelo personagem.

Mientras en los primeros capítulos el hidalgo es un lector con biblioteca material, a partir del episodio del escrutinio el lector se ha convertido en texto andante. Ya sin libros, en la cabeza de Quijote se guarda su apropiación, imprescindible para construir y justificar su práctica como caballero (PEÑA, 2005, p. 946).

As próprias explicações dadas a Alonso pela ama e pela sobrinha para a destruição da biblioteca e a eliminação do aposento onde ela estava instalada (tudo teria sido causado pelos encantamentos de um mago), em vez de apaziguarem a fantasia do fidalgo nada fazem a não ser confirmar os devaneios dele, tornando-se um estímulo para que o fidalgo, depois de “quinze días en casa muy sosegado” (CERVANTES, 2004, p. 72), empreenda sua segunda saída e, desta vez acompanhado do escudeiro Sancho Pança, possa efetivamente se tornar Don Quijote, o cavaleiro andante de um novo tempo.

Referências:

ALLEN, John Jay. Introducción. In: CERVANTES, Miguel de. *Don Quijote de La Mancha*. 25. ed. Madrid: Cátedra, 2005.

BUXÓ, José Pascual. Literatura y verdad: Quijote y la defensa de los libros de caballería. *Revista de la Universidad de México*, México, n. 18, p. 17-25, 2005. Disponível em: <http://www.revistadelauniversidad.unam.mx/1805/pdfs/17-25.pdf>. Acesso em: jul. 2014.

CATELLI, Nora. *Testimonios tangibles: pasión y extinción de la lectura en la narrativa moderna*. Barcelona: Anagrama, 2001.

CERVANTES, Miguel de. *Don Quijote de La Mancha*. Madrid: Real Academia Española, 2004.

GILMAN, Stephen. Los inquisidores literarios de Cervantes. In: ACTAS del Tercer Congreso Internacional de Hispanistas. México: El Colegio de México, 1970, p. 3-25. Disponível em: http://cvc.cervantes.es/literatura/aih/pdf/03/aih_03_1_006.pdf. Acesso em: jul. 2014.

MORÓN, Ciríaco. *Para entender el Quijote*. Madrid: RIALP, 2005.

PEÑA, Manuel. El donoso y grande escrutinio o las caras de la censura. *Hispania*, v. LXV/3, n. 221, p. 939-956, 2005. Disponível em: <http://hispania.revistas.csic.es/index.php/hispania/article/viewFile/127/12>. Acesso em: jul. 2014.

PÉREZ RODRÍGUEZ, Manuel. De libros prohibidos y bibliotecas digitales. In: *Blog de la Biblioteca Nacional de España*. 2014. Disponível em: <http://blog.bne.es/blog/de-libros-prohibidos-y-bibliotecas-digitales-i/>. Acesso em: jul. 2014.

REAL ACADEMIA ESPAÑOLA. *Diccionario de la lengua española*. Disponível em: <http://www.rae.es>. Acesso em: 2015.

RUBIO, Marcial. Prefacio. In: LOFRASO, *Fortuna de amor*. Edición de Marta Galiñanes. Roma: Aracne, 2014. Disponível em: ps://www.academia.edu/6783979/_Prefacio_a_Antonio_de_Lofraso_Fortuna_de_Amor_ed._Marta_Galiñanes_Gallén_Roma_Aracne_2014_p. Acesso em: set. 2015.

SÁNCHEZ, Teresa. Crónica y vida de las mujeres del siglo XVI (a partir de fuentes primarias y tratados morales). *Revista de Historia de la Psicología*, Valencia, v. 18, n. 1-2, p. 343-354, 1997.

SANTOS DE LA MORENA, Blanca. Juicios estéticos y literarios de clérigos en el Quijote: sobre los libros de caballerías. *Philobiblion: Revista de Literaturas Hispánicas*, Madrid, p. 57-66, 2005. Disponível em: http://www.joveneshispanistas.com/archivos_revista/Philobiblion2015N112.pdf. Acesso em: out. 2015.

VARGAS LLOSA, Mario. Una novela para el siglo XXI. In: CERVANTES, Miguel de. *Don Quijote de La Mancha*. Madrid: Real Academia Española, 2004. p. xiii-xxviii.

UNAMUNO, Miguel de. *Vida de Don Quijote y Sancho*. Madrid: Espasa-Calpe, 1985.

Recebido em: 16 de outubro de 2015
Aprovado em: 6 de fevereiro de 2016